



# UFV PATROCÍNIO DO MURIAÉ S.A

## CNPJ: 50.199.970/0001-36

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2024	2023 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	1.805.463	373.356
Custos dos serviços prestados	16	(669.600)	(4.743)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.135.863</b>	<b>368.613</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	16	(188.749)	(175.453)
		<b>(188.749)</b>	<b>(175.453)</b>
<b>Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>947.114</b>	<b>193.160</b>
Receitas financeiras	17	20.226	86.295
Despesas financeiras	17	(1.762.003)	(166.808)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(1.741.777)</b>	<b>(80.513)</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(794.663)</b>	<b>112.647</b>
<b>Imposto de Renda Pessoa Jurídica</b>			
Imposto de Renda - Corrente	18	-	(25.000)
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	18	-	(11.160)
		-	<b>(36.160)</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(794.663)</b>	<b>76.487</b>
<b>Resultado por ações</b>		<b>(0,27)</b>	<b>7,65</b>
Ações Ordinárias		(0,27)	7,65
Ações Preferenciais		(0,27)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# UFV PATROCÍNIO DO MURIAÉ S.A

CNPJ: 50.199.970/0001-36

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo líquido do exercício	(794.663)	(reapresentado) 76.487
Resultado abrangente total do exercício	<u>(794.663)</u>	<u>76.487</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**UFV PATROCÍNIO DO MURIAÉ S.A**

CNPJ: 50.199.970/0001-36

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais)**

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	AFAC	Reserva Legal	Reserva de lucros à disposição	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-
Aumento de capital	10.000	-	-	-	10.000
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	2.819.747	-	-	2.819.747
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	76.487
Constituição de reserva Legal	-	-	3.824	-	(3.824)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(18.166)
Resultado à disposição da assembleia	-	-	-	54.497	(54.497)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>10.000</b>	<b>2.819.747</b>	<b>3.824</b>	<b>54.497</b>	<b>2.888.068</b>
Aumento de capital	2.891.072	(2.819.747)	-	-	71.325
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	-	(794.663)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.901.072</b>	<b>-</b>	<b>3.824</b>	<b>54.497</b>	<b>2.164.731</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# UFV PATROCÍNIO DO MURIAÉ S.A

CNPJ: 50.199.970/0001-36

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	2024	2023 (reapresentado)
Resultado do exercício	(794.663)	76.487
<b>Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	-	-
Depreciação e amortização	697.561	-
Depreciação de arrendamentos	19.162	4.743
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	36.160
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.668.849	176.426
Juros sobre arrendamentos	74.210	24.483
	<b>1.665.119</b>	<b>318.299</b>
<b>Redução/(aumento) nos ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	(1.533.662)	(387.500)
Adiantamento a fornecedores	1.294.396	(7.147.000)
Impostos a recuperar	(59.895)	(5)
Outros realizáveis	-	-
	<b>(299.161)</b>	<b>(7.534.505)</b>
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(568.326)	634.433
Impostos e contribuições	30.560	68.559
	<b>(537.766)</b>	<b>702.992</b>
Pagamentos juros de empréstimos	(1.220.598)	-
Pagamento juros sobre arrendamento	(74.210)	(24.483)
<b>Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(466.616)</b>	<b>(6.537.697)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	-	(8.617.890)
Aplicações financeiras	(426.640)	(199.686)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(426.640)</b>	<b>(8.817.576)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de Capital	-	10.000
Aumento de capital social	71.325	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	2.819.747
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	(2.061.168)	(12.773.732)
Recebimento de mútuo com partes relacionadas	3.051.544	13.304.395
Pagamentos principal de empréstimos e arrendamentos	(170.839)	-
Pagamentos principal de arrendamentos	(1.811)	(537)
Empréstimos e financiamentos recebidos	-	12.000.000
<b>Caixa líquido utilizado/proveniente nas atividades de financiamentos</b>	<b>889.051</b>	<b>15.359.873</b>
<b>(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.205)</b>	<b>4.600</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.600	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	395	4.600
<b>(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.205)</b>	<b>4.600</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Ufv Patrocínio de Muriaé S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede e foro na Fazenda Ipiranga, S/N, Zona Rural, Patrocínio de Muriaé, Minas Gerais, CEP: 36.860-000. A companhia tem como objetivo social:

- a. O aluguel de sistema de geração de energia fotovoltaica de minigeração distribuída, máquinas e equipamentos comerciais e industriais de geração de energia .

A Companhia foi constituída em 04 de abril de 2023 e está em fase operacional, iniciando suas atividades comerciais em março de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal (“*Going Concern*”) dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelos seus sócios de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável.

A Companhia iniciou operação no final do primeiro semestre de 2024. É possível observar que desde então tem demonstrado bons índices de geração, principalmente para um primeiro ano quando existe um plano de crescimento natural dos projetos. Contudo, além deste crescimento operacional, existe também um plano para alocação de consumidores de energia. A Companhia seguiu com as estratégias de captação de clientes ao longo do ano e, no início de 2025, finalizou a alocação da usina. Nesse período houve a geração de saldos de energia que totalizam o montante aproximado de 3.648 mWh, assim como um total de 1.977 mWh de energia compensada. Em resultado da operação de 2024 a Companhia possui um estoque de energia à comercializar de, aproximadamente, 1.306 mWh.

Atualmente a usina se encontra com 100% de clientes e com carga excedente para consumir o saldo estocado, ou seja, saldo gerado mas não compensado em meses anteriores. Além do exposto, é previsto uma redução de aproximadamente R\$40 mil mensais no custo operacional a partir de maio de 2026 com o início da cobrança de demanda de geração, quando sairia a próxima revisão tarifária da Energisa Minas Rio.

Observa-se ainda uma tendência de escassez do projeto “GD1” no mercado, o que gera uma redução do desconto praticado com consumidores, como já é observado em algumas distribuidoras de energia no Brasil .

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião da diretoria em 08 de julho de 2025.

As políticas contábeis materiais estão incluídas nas respectivas notas explicativas, exceto por aquelas descritas a seguir:

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as políticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### 3. Políticas contábeis materiais

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros poder ser mensurados em três categorias:

- (i) Ao custo amortizado;
- (ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) Ao valor justo por meio do resultado.

##### 3.1.1 Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

#### Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto prazo, com alto índice de liquidez e vencimentos não superiores a três meses, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, de forma que não há perda relevante de valor em caso de resgate antecipado. Os investimentos financeiros são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de estimativa para ajuste ao seu valor líquido de realização.

### 3.1.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são empréstimos e financiamentos e fornecedores.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, a Companhia também não tem como política contábil a utilização de “*hedge accounting*”.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado**

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente empréstimos e financiamentos.

### **3.2. Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.3. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía nenhuma contingência cuja probabilidade de perda seja provável ou possível, não sendo necessário o reconhecimento de provisão ou divulgação adicional.

### **3.4. Imobilizado**

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

### **3.5. Provisões (passivos contingentes)**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Com base na opinião dos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia nenhum montante a ser reconhecido ou divulgado.

### **3.6. Arrendamentos**

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso foi com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de forma linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso foram registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada, e registrados em conta de ajuste a valor presente de arrendamentos redutoras dos respectivos passivos circulantes e não circulantes. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

**3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.8. Reconhecimento de Receitas**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas referem-se a aluguéis para operadores de usinas e estruturas para geração e distribuição de energia elétrica.

**3.9. Imposto de Renda e contribuição social**

Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados com base no valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais através do regime do Lucro Real. O cálculo do Imposto de Renda é realizado de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Na Companhia, os valores são calculados utilizando as alíquotas regulares de 15%, com adicional de 10% para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

**3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis requer que a diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da diretoria e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

As estimativas e premissas são revisadas de forma tempestiva e, quando aplicável, as alterações de estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente.

Os Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e apresenta risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11:** Direito de uso e passivo de arrendamento (taxa de desconto);
- **Nota Explicativa nº 12:** Imobilizado (valores residuais, estimativa da vida útil e valor recuperável).

#### **4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024**

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

##### **a. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis**

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento**

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

**c. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)**

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

**4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024**

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a. **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b. **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c. **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e. **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

#### 4.2. **Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)**

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A entidade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e concluiu que essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

**5. Retificação de erro e reapresentação das demonstrações contábeis**

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens no balanço patrimonial de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2023 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

Os ajustes de classificação de itens no balanço patrimonial são decorrentes da não apresentação de saldos com partes relacionadas em base líquida, uma vez que as contrapartes são diferentes.

	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Balanço patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>			
Circulante (b)	204.291	7.334.814	7.539.105
Não Circulante (a) (b) (d)	15.896.937	(6.608.452)	9.288.485
<b>Total do Ativo</b>	<b>16.101.228</b>	<b>726.362</b>	<b>16.827.590</b>
<b>Passivo e patrimônio Líquido</b>			
Circulante (a) (c)	855.606	146.304	1.001.910
Não Circulante (a) (c)	12.591.748	345.864	12.937.612
Patrimônio Líquido	2.653.874	234.194	2.888.068
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>16.101.228</b>	<b>726.362</b>	<b>16.827.590</b>
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Demonstração de resultado</b>			
Receita operacional líquida (f)	-	373.356	373.356
Custos dos serviços prestados (e)	-	(4.743)	(4.743)
Despesas operacionais	(175.453)	-	(175.453)
Resultados financeiros (d) (e)	(420)	(80.093)	(80.513)
Provisão IRPJ/CSLL	-	(36.160)	(36.160)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>(175.873)</b>	<b>252.360</b>	<b>76.487</b>

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa método indireto	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa operacional	1.043.633	(7.556.847)	(6.513.214)
Fluxo de caixa de investimentos	(15.896.937)	7.079.361	(8.817.576)
Fluxo de caixa de financiamento	15.057.590	277.800	15.335.390
<b>Aumento ou redução de Caixa</b>	<b>204.286</b>	<b>(199.686)</b>	<b>4.600</b>

- (a) Reapresentação do direito de uso e arrendamento devido ao não reconhecimento do contrato de direito de uso conforme IFRS 16 / CPC 6.
- (b) Reclassificação do saldo de adiantamento de clientes para o ativo circulante no montante de R\$ 7.147.000 o qual estava apresentado no ativo imobilizado.
- (c) Reapresentação dos juros sobre empréstimos e financiamentos devido ao não reconhecimento do custo de captação.
- (d) Reapresentação de custos e despesas financeiras após reconhecimento do contrato de direito de uso.
- (e) Reapresentação da receita líquida em detrimento do contrato de aluguel por competência e, conseqüentemente, o saldo de contas a receber.
- (f) Reapresentação dos fluxos de caixa conforme norma.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	2024	2023 Reapresentado
	Bancos conta movimento	1
Aplicações financeiras (i)	394	4.590
	<b>395</b>	<b>4.600</b>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a Operações Compromissadas, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Fundo DI com liquidez menor do que 90 dias e risco insignificante de mudança de valor.

## 7. Contas a receber de clientes

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	2024	2023 Reapresentado
	Consórcio MF I	1.921.161
	<b>1.921.161</b>	<b>387.500</b>

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não realizou o reconhecimento da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa em decorrência dos valores a receber estarem representados em sua totalidade por partes relacionadas.

#### 8. Adiantamento a fornecedores

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	2024	2023 Reapresentado
GV Engenharia (i)	-	7.147.000
Outros adiantamentos	155	-
	<u>155</u>	<u>7.147.000</u>

(i) Adiantamento para aquisição de ativo imobilizado.

#### 9. Aplicações financeiras

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	2024	2023 Reapresentado
Aplicações financeiras (i)	626.326	199.686
	<u>626.326</u>	<u>199.686</u>

(i) As aplicações financeiras automáticas referem-se a caixa restrito em que a Companhia mantém em detrimento das obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos contratados. (Nota 13).

#### 10. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar decorrentes de transações entre partes relacionadas são registrados em condições específicas entre as partes, sem remuneração ou correção.

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos referidos saldos, são como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>Reapresentado</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Contas a receber de clientes</b>		
Consórcio MF I (Nota 07)	1.921.161	387.500
<b>Adiantamento a fornecedores</b>		
GV ENGENHARIA	-	7.147.000
<b>Mútuos</b>		
CONSÓRCIO MF I	-	2.912
	<u>1.921.161</u>	<u>7.537.412</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>Reapresentado</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Mútuos</b>		
GS SOUTO ENGENHARIA	-	1.618
GVS HOLDING	565.447	531.957
CGH CENTRO OESTE	955.590	-
	<u>1.521.037</u>	<u>533.575</u>

Além dos saldos demonstrados na rubrica de Partes relacionadas, a Companhia possui transações comerciais com empresas prestadoras de serviços de engenharia as quais possuem pessoas relacionadas. Nesse contexto, os serviços são prestados para construção dos ativos imobilizados e, por tanto, não tem impacto no resultado direto nos resultados do exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>Reapresentado</u>
<b>Construção com partes relacionadas</b>		
GV ENGENHARIA	6.149.947	-
	<u>6.149.947</u>	<u>-</u>

As receitas auferidas com o arrendamento das estruturas imobilizadas, são basicamente realizados com consórcios que possuem consorciados que são partes relacionadas, a relação pode ser assim demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>Reapresentado</u>
<b>Receitas</b>		
CONSORCIO MF I	1.947.327	387.500
	<u>1.947.327</u>	<u>387.500</u>

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 11. Ativos de direito de uso

Os arrendamentos que a Companhia possui refere-se à locação, direito de uso, dos imóveis nos quais são construídas as instalações para os sistemas de energia elétrica.

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	-
Adições de novos contratos e atualizações	472.740	472.740	-
Pagamentos (Principal e juros)	-	(25.020)	-
Depreciações	(4.743)	-	(4.743)
Despesa financeira	-	24.483	24.483
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b><u>467.997</u></b>	<b><u>472.203</u></b>	<b><u>19.740</u></b>
Circulante	-	77.833	
Não Circulante	467.997	394.370	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b><u>467.997</u></b>	<b><u>472.203</u></b>	<b>-</b>
Atualizações	18.106	18.106	-
Pagamentos (Principal e juros)	-	(76.021)	-
Depreciações	(19.162)	-	(19.162)
Despesa financeira	-	74.210	74.210
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b><u>466.941</u></b>	<b><u>488.498</u></b>	<b><u>55.048</u></b>
Circulante	-	80.111	
Não Circulante	466.941	408.387	

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imobilizado

	Custo ou avaliação				
	de 2022				
	Edificações/ benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilização em andamento	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	
Aquisição	-	-	8.617.890	8.617.890	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	8.617.890	8.617.890	
Adições	-	6.149.947	-	6.149.947	
Depreciação/amortização	(31.337)	(666.224)	-	(697.561)	
Transferência	1.119.637	7.498.253	(8.617.890)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1.088.300</u>	<u>12.981.976</u>	-	<u>14.070.276</u>	
Custo total	1.119.637	13.648.200	-	14.767.837	
Depreciação acumulada	(31.337)	(666.224)	-	(697.561)	
Valor contábil	1.088.300	12.981.976	-	14.070.276	

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil
Máquinas e equipamentos	10 anos
Edificações e Benfeitorias	25 anos

Foram realizados testes de recuperabilidade e não foram identificadas perdas nos itens do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, conforme a IAS 36 (pronunciamento técnico CPC 01 (R1)).

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 13. Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos no exercício é conforme segue:

Descrição	Indexador	2024	2023 Reapresentado
Créditos Imobiliários - 234ª emissão - Série única.	IPCA+11,0272%a.a	12.751.336	12.176.426
		<u>12.751.336</u>	<u>12.176.426</u>
Circulante		12.751.336	166.759
Não circulante		-	12.009.667

Obrigações provenientes da emissão de créditos imobiliários relativo a contrato firmado, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da UFV PATROCINIO DE MURIAE S.A e juros de 11,0272% a.a. + IPCA.

A Companhia assinou em 16 de outubro de 2023 o instrumento particular de cessão e aquisição de créditos imobiliários, com as seguintes características:

- (i) Valor da cessão total dos créditos imobiliários, é de R\$ 28.000.000, os quais foram divididos entre as Companhias UFV Patrocínio de Muriaé e UFV Centro Oeste. A UFV Patrocínio de Muriaé assumiu 42,85% da cessão dos créditos imobiliários equivalente a R\$ 12.000,00
- (ii) Data de Emissão dos CRI é 18 de outubro de 2023.
- (iii) Data de Vencimento dos CRI será 27 de dezembro de 2038
- (iv) Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão das SPes (“Alienação Fiduciária de Ações”), de titularidade da GV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e da Dourados Energia S.A., sendo certo que sobre as ações de emissão da CGH Centro Oeste será constituída a alienação fiduciária sob condição suspensiva, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.
- (v) Alienação fiduciária dos equipamentos (imobilizado).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício é conforme segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	-
Captações	12.000.000
Pagamento de principal	-
Juros apropriados	141.905
Juros capitalizados	34.521
Juros pagos	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>12.176.426</u>
Pagamento de principal	(170.839)
Juros apropriados	1.668.849
Juros capitalizados	297.498
Juros pagos	(1.220.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>12.751.336</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

“Covenants” contratuais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não cumpriu com determinadas obrigação de covenants previstas nas escrituras, como o covenant financeiro de:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,20 no exercício;
- Energia assegurada, após o 6º mês de operação comercial, igual ou superior a 0,99MWm vendida dos projetos;
- Outros covenants contratuais, não financeiros, os quais não ensejam em vencimento antecipado, como a não disponibilização das demonstrações financeiras auditadas no período de 120 dias após o fim do exercício social.

Por esse motivo, em 31 de dezembro de 2024, ainda que o descumprimento não enseje em vencimento antecipado automático, o saldo de empréstimos e financiamentos que estava no não circulante no montante de R\$12.292 mil foi reclassificado em sua totalidade para o passivo circulante.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras não houve cobrança antecipada por parte dos credores.

## 14. Patrimônio líquido

### 14.1. Capital social

O capital social, totalmente integralizado e vinculado à alienação fiduciária junto ao agente fiduciário True Securitizadora S.A, conforme previsto no contrato relacionado às emissões de certificados realizadas em 16/10/2023, com vencimento final em 27/12/2038.

Ao final do exercício de 2023, o capital social era de R\$ 10.000, representado por 10.000 ações ordinárias, avaliadas em R\$ 1,00 cada. Durante o exercício de 2024, foram emitidas 2.891.072 novas ações, também ao valor unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 2.891.072, as quais foram integralizadas com Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. Dessa forma, o exercício de 2024 encerrou-se com um capital social de R\$ 2.901.072, representado por 2.901.072 ações, conforme demonstrado no quadro:

	Quantidade de ações	Valor ações
<b>Ações Ordinária</b>		
GV Fundo de Investimento em Participações	1.450.536	1.450.536
<b>Ações Preferenciais</b>		
AZ Quest Energia Fundo de Investimento	1.412.550	1.412.550
GV Fundo de Investimentos em Participações	37.986	37.986
	<u>2.901.072</u>	<u>2.901.072</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 14.2. Lucros e prejuízos Acumulados

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a companhia apresenta um saldo de prejuízo acumulado no valor de R\$ 794.663, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e no Balanço Patrimonial. O prejuízo acumulado representa a soma dos lucros e perdas apurados em exercícios atual e anteriores que não foram compensados até a data do balanço.

Esse saldo é proveniente do desenvolvimento da receita que ainda se encontra desproporcional as despesas financeiras contraídas em exercícios anteriores.

Há uma expectativa da administração da Companhia em aumento considerado da receita para os próximos exercícios.

#### 14.3. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação não possui diferenças, visto que a Companhia não tem compromissos que possam via a promover a diluição. O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

	Em Reais (R\$) por ação	
	2024	2023
Resultado básico e diluído por ação:	(0,27)	(7,65)
Ações ordinárias	(0,27)	(7,65)
Ações preferenciais	(0,27)	-

#### 15. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia referem-se a locação não residencial (Contrato de locação), bem como locação de equipamentos e operação e manutenção (O&M).

O contrato de locação tem prazo de 16 de outubro de 2023 (“Data de Início da Locação”) e permanecerá válido pelo prazo de 20 (vinte) anos, ou seja, até 16 de outubro de 2043 (“Prazo da Locação”), corrigidos anualmente pelo IPCA, bem como liquidação no mês subsequente ao mês de competência.

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Contrato O&M é flutuante, reconhecido pela soma do montante de energia ativa consumida pela Unidade Consumidora multiplicado pelo valor da tarifa compensada da distribuidora, multiplicando pelo desconto comercial acordado, deduzido dos custos de operação, bem como redução do “Contrato de locação”. Cabe ressaltar, que o referido contrato será cobrado caso o Consórcio (Locatário) obtiver saldo positivo em sua operação superior ao Contrato de Locação.

A reconciliação das receitas brutas com partes relacionadas para a receita líquida de serviços prestados é apresentada como segue:

	2024	2023 Reapresentado
<b>Receita operacional bruta</b>		
Locação de terreno	1.883.294	387.500
Locação de equipamentos	64.033	-
	<b>1.947.327</b>	<b>387.500</b>
<b>Tributos incidentes sobre serviços</b>		
(-) PIS não cumulativo	(25.305)	(2.519)
(-) COFINS não cumulativo	(116.559)	(11.625)
	<b>(141.864)</b>	<b>(14.144)</b>
	<b>1.805.463</b>	<b>373.356</b>

## 16. Custos e despesas por natureza

A composição dos saldos é apresentada como segue:

	2024	2023 Reapresentado
<b>Custos operacionais:</b>		
Serviços de terceiros	(26.150)	-
Depreciação	(716.723)	(4.743)
Crédito Pis/Cofins	108.152	-
Seguros	(34.879)	-
	(669.600)	(4.743)
<b>Despesas administrativas e gerais:</b>		
Serviços de terceiros	(37.456)	(8.157)
Serviços de consultoria	(151.293)	(167.296)
	<b>(188.749)</b>	<b>(175.453)</b>

## UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 17. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2024	2023 Reapresentado
<b>Receitas financeiras decorrentes de</b>		
Rendimento de aplicação financeira	20.226	86.295
	<b>20.226</b>	<b>86.295</b>
<b>Despesas financeiras decorrentes de</b>		
Juros sobre arrendamentos	(1.668.849)	(141.905)
Juros sobre arrendamentos	(74.210)	(24.483)
Juros e multa sobre impostos	(16.097)	-
Despesas bancárias	(1.143)	-
Outras despesas financeiras	(1.704)	(420)
	<b>(1.762.003)</b>	<b>(166.808)</b>
	<b>(1.741.777)</b>	<b>(80.513)</b>

#### 18. Imposto de Renda e contribuição social

A Companhia apresentou prejuízos fiscais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, não houve apuração de tributos sobre o lucro a pagar. Quanto aos impostos diferidos, ativos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, a Companhia possui créditos a recuperar no montante de R\$ 2794.663 em 2024.

Entretanto, tais valores não foram reconhecidos em decorrência da ausência de expectativa comprovada de geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização desses créditos.

Em 2023 a Companhia era optante pela forma de tributação lucro presumido. O saldo de imposto de renda e contribuição social, podem ser assim conciliados:

	<b>2023</b>
Receita bruta	387.500
Alíquota de presunção	32%
<b>Base de cálculo</b>	<b>124.000</b>
Imposto de renda-15%	18.600
Imposto de renda adicional-10%	6.400
<b>Contribuição social-9%</b>	<b>11.160</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**19. Instrumentos financeiros**

**19.1. Gestão do risco de capital**

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

**19.2. Categorias de instrumentos financeiros**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Ativos financeiros:</b>		
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 06)	395	4.600
Contas a receber de clientes (NE nº 07)	1.921.161	387.500
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Passivos financeiros:</b>		
<b>Outros passivos financeiros:</b>		
Fornecedores	66.107	634.432
Arrendamentos (NE nº 11)	488.498	472.203
Empréstimos e financiamentos (NE nº 13)	12.751.336	12.176.426

**19.3. Gestão do risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia opera com aluguel para poucos clientes o que poderia ampliar o risco de crédito, contudo tais clientes são partes relacionadas, o que minimiza o risco de crédito.

Historicamente os recebimentos acontecem conforme acordo e dentro do próprio mês, como é possível observar a inexistência de contas a receber no balanço, visto que os saldos são recebidos mensalmente.

**19.4. Gestão do risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

#### 19.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, assim como preço dos insumos necessários têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### 19.6. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros na Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos a pagar. A Companhia tem exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras, são corrigidos pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), enquanto os e os empréstimos e financiamentos a pagar são corrigidos pelo IPCA, conforme contratos firmados.

### 20. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguros para risco de engenharia, garantia de término do projeto e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão.

### 21. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, informamos que, em 12 de fevereiro de 2025, foi realizada a transferência de participação societária entre acionistas, caracterizando um evento subsequente à data de encerramento do exercício social.

Na referida data, o acionista GV Fundo de Investimentos transferiu:

- 37.986 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada;
- 56.184 ações ordinárias, também com valor nominal de R\$ 1,00 cada;
- Para o acionista AZ Quest Energia Fundo de Investimentos.

**UFV PATROCÍNIO DE MURIAÉ S.A.**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

A transação altera a composição acionária da companhia, mas não impacta diretamente os saldos contábeis encerrados em 31 de dezembro de 2024.

---

**Gilson Souza Souto Junior**  
Diretor

---

**Angelica Freire de Oliveira**  
Contador CRC/MG